



## As relações entre jornalismo e ciência no contexto da Guerra de Canudos<sup>1</sup>

Ester Sanches RIBEIRO<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### Resumo

Apresentamos aqui as relações entre jornalismo e ciência no contexto da Campanha de Canudos. Para isso, analisamos os discursos que circularam na cobertura jornalística desse evento, contextualizando as teorias científicas raciais e civilizacionais no Brasil, no final do século XIX. Também observamos as estratégias discursivas mobilizadas na construção desses discursos e nos atentamos para os usos que a imprensa fez da autoridade das ciências para legitimar uma ideologia “civilizacional” de bases raciais e deterministas. A partir das considerações propostas ao longo deste trabalho, analisaremos dois artigos de Euclides da Cunha, publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, durante a guerra, enfocando a questão do discurso científico, como exemplo de análise do objeto de pesquisa.

### Palavras-chave

Guerra de Canudos; Ideologia; Discursos científicos; Opinião pública; Imprensa.

### Introdução

As relações entre ciência e jornalismo no contexto da Guerra de Canudos e a análise dos artigos de Euclides da Cunha “A Nossa Vendéia I” e “A Nossa Vendéia II”, propostas por este trabalho, fazem parte de alguns dos resultados obtidos a partir de pesquisa de mestrado em Estudos Culturais que visa analisar o discurso dos principais jornais cariocas e paulistas sobre a Guerra de Canudos, dando enfoque à questão dos discursos científicos de bases raciais e deterministas.

Essa pesquisa se justifica pela importância de se compreender o papel operado pelas ciências, ou seja, o lugar que as teorias científicas ocuparam na sociedade do Brasil oitocentista, com enfoque ao fim do século, considerando o status da ciência de nortear, explicar e conceber a realidade com objetividade, imparcialidade e autoridade. Assim pretende-se compreender o uso que a imprensa da época fez dessa noção de ciências para construir informações sobre o povo, a terra e a guerra de Canudos.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 22 a 24 de maio de 2014.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), sob a orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. Thomás A. S. Haddad, e bacharel em Letras com dupla Habilitação em Português e Espanhol pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da mesma universidade (FFLCH/USP). Atualmente é bolsista de mestrado da CAPES. E-mail: ester.ribeiro@usp.br



A realização deste trabalho foi motivada principalmente pela relevância da pesquisa histórica para lançar luz sobre origens de questões cada vez mais presentes em nossa sociedade: o problema da “opinião pública”, formada a partir de discursos veiculados na mídia, a importância do jornalismo na sociedade como meio de comunicação de massa e a questão do lugar que a ciência ocupa nessa sociedade, permeando os discursos com autoridade e status de construção da realidade.

Outro interesse desta pesquisa é incrementar a discussão e reflexão no campo dos Estudos Culturais, com destaque para a cultura brasileira. Nesse sentido, problematizamos a formação da esfera pública brasileira, assentada nos valores europeus (eurocentrismo), e o desenvolvimento de uma cultura e identidade nacionais que valorizam a informação, a ciência e o conhecimento como símbolos da modernidade e evolução do país.

Como eixos teóricos de análise utilizaremos, neste artigo, a obra de Michel Foucault, *A ordem do discurso*, para refletir acerca da construção discursiva, além de outros autores, citados ao longo deste texto, que trabalham com questões de linguagem e Análise do Discurso. Também vamos utilizar as noções de esfera pública, opinião pública e ideologia para contextualizarmos a imprensa e a sociedade brasileiras do século XIX, com ênfase para o seu período final.

### **A atuação da imprensa brasileira no episódio da Campanha de Canudos**

O tema da Guerra de Canudos possui uma bibliografia vasta acerca de diversos tipos de estudo que visam compreendê-la. A título de exemplo, já que não objetivamos fazer, neste texto, um levantamento bibliográfico, citamos “Dawid D. Bartelt” e “Walnice N. Galvão”, pois algumas das contribuições desses pesquisadores sintetizam conhecimentos fundamentais para sustentarmos as proposições deste texto relacionadas ao estudo dos discursos construídos pela imprensa sobre o objeto de análise deste artigo.

Galvão problematiza o súbito interesse da imprensa nacional<sup>3</sup> por uma guerra nos confins do sertão baiano, pontuando que poucos assuntos já obtiveram da imprensa brasileira tal unanimidade de opinião e exploração. A autora propõe uma íntima ligação da imprensa com correntes políticas “a quem interessava criar o pânico e concentrar as

---

<sup>3</sup> Os principais jornais da época enviaram correspondentes de guerra ao local da batalha para manter a população informada acerca do desenrolar da campanha. Representando *O Estado de S. Paulo*, Euclides da Cunha, junto com outros jornalistas enviavam cartas, quase que diariamente, para as redações dos jornais que representavam. Assim, todos os dias havia notícias, ou algum comentário sobre o conflito em Canudos.



opiniões em torno de um só inimigo” (GALVÃO, 1981, p. 71 e 72), fazendo circular discursos em que os sertanejos de Canudos figuram como inimigos da República, como inferiores e incivilizados, entre outros discursos que faziam parte de um discurso maior: o discurso de desqualificar e exterminar os canudenses, ou seja, os moradores de Canudos.

Nessa mesma linha, Bartelt propõe a guerra e as notícias sobre ela como um “evento discursivo” que leva em consideração os interesses do poder político local e, também, nacional. Aproveitando-se da fragilidade do regime republicano recém-instaurado, cria-se um “mito” em torno do arraial e publica-se nos principais jornais do país. Assim como Galvão, que vê nisso uma forma de espalhar-se o pânico para manipular a opinião pública, Bartelt entende essas notícias como uma forma de manipulação e controle da sociedade por meio de uma campanha publicística de “construção do medo”.

Os “poderosos” que engendraram tal campanha ideológica tinham o interesse em legitimar o extermínio do arraial de Canudos; e tal ação por sua vez representaria a força do poder local e nacional que defende os ideais republicanos e a ordem da nação. Campanha ideológica, como já dito, ancorada pela ciência, que por meio de um discurso de autoridade terminou por legitimar a campanha e as ações do exército.

Esse papel desempenhado pelo jornal e pela instituição do poder político pode ser esclarecido em algumas ideias de Michel Foucault para o estudo da linguagem. Comentando as ideias desse autor, Helena N. Brandão afirma:

[...] o discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois um sujeito fala a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber, é gerado de poder. Sendo que a produção desse discurso gerador de poder é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder (BRANDÃO, 1995, p. 31).

Percebe-se, a partir dessas ideias de Foucault, como a imprensa ocupava, e até hoje ocupa, um lugar de autoridade<sup>4</sup>, figurando como detentora de saberes, de verdades, de informações que a sociedade acredita, ou foi induzida a acreditar ao longo da história, que precisa saber. E esse discurso que é dotado de poder, não por ser necessariamente verdadeiro, mas por ser legitimado pela instituição que o distribui,

---

<sup>4</sup> Não somente a imprensa ocupava um lugar de autoridade e de controle em relação aos discursos circulantes sobre a Guerra de Canudos; também se revestia desse poder o exército, o governo, a ciência.



depois de filtrá-lo e moldá-lo segundo os seus interesses, termina por legitimá-la e autorizá-la (essa instituição), num “jogo” dialético e infinito, a permanecer ocupando esse lugar de poder.

Esses discursos circulam na esfera pública, representando-a e influenciando-a; assim esse conceito, desenvolvido pelo sociólogo e filósofo Jürgen Habermas<sup>5</sup>, ocorre como esclarecedor de algumas questões acerca da sociedade e de como ela se posiciona frente aos conhecimentos e saberes veiculados em seu seio. Assim, refletir sobre a esfera pública é essencial quando estamos levando em conta que nos espaços públicos dessa sociedade há debate e posicionamento políticos e sociais, em que os cidadãos exercem uma opinião pública acerca do que ocorre à sua volta.

No caso da sociedade brasileira do século XIX, ocorre a formação de uma esfera pública quando é possível que os cidadãos atuem nos espaços públicos, posicionando-se frente às ideologias e debates acerca de questões sobre a sua cidade, sobre o seu país. Isso ocorre no Brasil por meio da imprensa que publica notícias, ideias e críticas acerca do poder vigente, no sentido de questionar e exercer uma opinião frente ao público. Essa imprensa em constante crescimento possui grande influência social, assim, a opinião pública passa a existir e a ser exercida no país: “é na criação de um espaço público de crítica, quando as opiniões políticas publicizadas destacavam-se dos governos, que começa a instaurar-se a chamada *opinião pública*” (MOREL; BARROS, 2003, p. 17).

Desse modo, as noções de esfera pública e opinião pública são conceitos teóricos importantes para se pensar a atuação da imprensa ao longo do século XIX no seio da sociedade brasileira, portanto são conceitos importantes para se pensar o caso específico da participação da imprensa da Guerra de Canudos.

A questão da ideologia, também, se trata de um dos eixos teóricos norteadores dessa pesquisa, pois até o momento já se pode verificar que os discursos ideológicos estiveram presentes e circulantes por toda a imprensa, veiculando informações acerca dos motivos da guerra, do heroísmo e da força do Exército em combate ao barbarismo do povo sertanejo; sendo que não é somente esse discurso pronto, o qual se pode tomar como caluniador e manipulador, que está presente na narrativa da imprensa. O que se

---

<sup>5</sup> Entendemos que a noção de esfera pública, desenvolvida por Habermas, contribui aos estudos do discurso cientificista a respeito de Canudos, uma vez que as personagens envolvidas nessa esfera pública, os próprios cidadãos, podem exercer uma opinião pública, se posicionar diante desses “discursos circulantes” na sociedade. É essa ação de os cidadãos, atores privados, participarem de assuntos públicos a serem discutidos e pensados pela esfera de poder político, os atores públicos, que se pode entender como a esfera pública de uma sociedade. Também, como constituintes dessa mesma esfera pública, estão os que veiculam os discursos nos jornais, isto é, os jornalistas. Eles falam de uma esfera pública para ela mesma, dado a posição de autoridade que ocupam por representarem um meio de poder (a imprensa) que tem seus discursos legitimados e aceitos, dentro dessa esfera pública, como verdadeiros.



vê, também, é a evolução, ao longo da campanha, de discursos críticos e interpretativos da realidade, “desvinculados” de uma ideologia dominante e portadores de uma ideologia de manifesto, de um posicionamento que pode ser entendido como de oposição.

Neste trabalho entendemos ideologia como uma visão de mundo acerca de um assunto e não colocamos cargas positivas ou negativas nesse termo, assim, nos apropriamos da noção de que “uma afirmação qualquer só se torna ideologia quando começa a envolver crenças”, e também é preciso pronunciá-la em contextos sociais com intenções de validar essas crenças, de fazer essa informação gerar uma tensão: “a ideologia se ocupa menos com significado do que os conflitos no campo do significado” (EAGLETON, 1997, p.24).

Cabe citar, nesse contexto, algumas das contribuições de Althusser ao estudo da ideologia que, segundo o estudioso Stuart Hall, contribuíram, a partir de críticas daquele autor, para aprimorar e repensar a noção de ideologia da clássica teoria materialista marxista. Em seu ensaio “Aparelhos ideológicos de Estado” o autor propõe a ideologia como uma prática, em que esta “surge em práticas localizadas dentro dos rituais dos aparelhos, instituições sociais ou organizações específicas” (HALL, 2003, p. 163). Dialogando com o nosso objeto de pesquisa temos a ideologia das “raças” como uma ideia veiculada na imprensa que surge nas práticas de instituições científicas.<sup>6</sup> Assim, “as ideologias constituem estruturas de pensamento e avaliação do mundo – as ‘ideias’ que as pessoas utilizam para compreender como o mundo social funciona, qual o seu lugar nele e o que *devem* fazer” (HALL, 2003, p. 163).

Althusser, nesse ensaio citado acima, entende que os aparelhos repressivos, em que podemos citar o exército, funcionam também como aparelhos ideológicos “simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projetam no exterior” (ALTHUSSER, 1980, p. 47). A partir desse entendimento, relacionamos o papel ideológico que o exército exerceu durante a campanha, em que foi passada pela imprensa a noção de que os soldados eram heróis e defendiam uma causa nobre e justa; noção esta que terminou por se tornar uma das “ideologias dominantes” da época.

---

<sup>6</sup> Sobre a atuação do exército e da imprensa no contexto da Campanha de Canudos, podemos relacionar respectivamente aos aparelhos repressivos e ideológicos de Estado que Hall comenta que Althusser distingue em seu ensaio. Então se percebe dois tipos de práticas do Estado: uma que funciona pela “violência” e a outra que funciona pela “ideologia”.



Ainda no que se refere a discursos e ideologia, pontua-se como um dos objetivos centrais deste trabalho a questão dos discursos cientificistas presentes nas narrativas da imprensa sobre o conflito de Canudos. Discursos que, como já colocado anteriormente, se referem aos sertanejos como bárbaros e aos homens do exército como heróis; discursos que estão presentes tanto em reportagens de Euclides da Cunha como de outros correspondentes da Guerra de Canudos.

Notamos, em grande parte das reportagens sobre o massacre, a forte presença de teorias científicas e de uma linguagem, também, científica que figuram como explicadoras da realidade. Esse papel que a ciência desempenhou, nesse caso, vai de encontro com o que se chamou de “vulgarização científica” nos meios de comunicação. Nesse mesmo período das reportagens sobre o conflito em Canudos, final do século XIX, criava-se periódicos como espaço de vulgarização das ciências. Como exemplo, citamos a “Revista Brasileira”<sup>7</sup> como fonte de divulgação (e vulgarização) do que é científico, seja em forma de ensaios, de relatos de viagens, de relatórios, entre outros. Assim, essa revista, pertencente à esfera da elite brasileira, funcionava como meio de divulgar a ciência e nisso se percebe como esta se utilizou da imprensa para se “apresentar” à sociedade e como a imprensa também se utilizou daquela para se legitimar, enquanto propagadora de “verdades” e de discursos como os que foram divulgados sobre o povo de Canudos.

### **Teorias cientificistas sobre “raças” e “desenvolvimento do homem”**

Como já comentado, esses discursos que designam o sertanejo como “bárbaro” estão estruturados a partir do pensamento de que há “raças” superiores e inferiores e que estas estão destinadas a sucumbirem ao contato com aquelas. A esse pensamento dá-se o nome de “darwinismo social”, que pode ser dividido em duas escolas deterministas: a escola determinista geográfica e a escola determinista racial. Esta última entende que há raças superiores e inferiores e vê de forma pessimista a questão da miscigenação, entendida como uma forma de degeneração não somente biológica, mas também social. E a escola determinista geográfica propõe que o meio determina e condiciona todo o desenvolvimento cultural de um grupo.

---

<sup>7</sup> Informações sobre essa revista e como a noção de ciências figuraram no Brasil do final do século XIX estão no texto de Moema de Rezende Vergara “Ciência e literatura: a Revista Brasileira como espaço de vulgarização científica”.



Os cientistas, antropólogos e estudiosos em geral, no Brasil oitocentista, apropriaram-se de teorias raciais deterministas, aplicando-as à análise da realidade do país. Desse modo, chegaram a prever um futuro “melhor”, já que as ditas raças inferiores existentes aqui sucumbiriam “naturalmente”, pois estavam fadadas a desaparecer. O fator do desaparecimento dessas “raças inferiores” está ligado, de modo geral, ao contato delas com as “raças superiores”, pois se acreditava que no caso de haver miscigenação prevaleceria a raça branca após a terceira geração resultante do “cruzamento” dessas “raças”. Daí surge a crença, a ideologia, de que haveria um futuro melhor para o país, um futuro branco e civilizado, a partir do “branqueamento” da população; e isso influenciou, além de outros fatores, a política de imigração europeia ao Brasil no final do século XIX e início do XX (SCHWARCZ, 1957).

Explorando mais essa temática sobre teorias de raças no Brasil, em meados do século XIX, percebe-se que, além desses sertanejos, povo de Belo Monte, outras populações, em geral de mestiços, negros e índios, foram tratadas como inferiores e ligadas a atributos negativos que rebaixavam a moral, a compleição física e a intelectualidade delas.

Essas populações foram consideradas, em alguns casos, como inimigas da nação por “atrapalharem” o desenvolvimento da civilização. Pensamento este vinculado às doutrinas raciais que “pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade dos mesmos de atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade do seu desaparecimento da face da terra” (MONTEIRO, 1996, p. 17).

E para finalizar esse tema sobre as raças no Brasil, citamos o texto “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”, de Giralda Seyferth, que problematiza o fato de o trabalhador negro e mestiço ser desqualificado para o trabalho livre pelas ideologias raciais que entendiam ser uma decadência a mestiçagem e também propunham a hierarquia das raças, em que a raça superior tratava-se do branco descendente de “europeu”. Nesse contexto a imigração europeia além de nos trazer trabalhadores, também, nos traria a esperança de uma nova fisionomia: a própria face da civilização. Sendo que a “ciência”, legitimadora dessas teorias em voga, atuou como propagadora de um “discurso de autoridade” autorizado pelas esferas de poder: “O respaldo científico dado às doutrinas raciais vigentes na passagem para o século XX remete à sua importância como ideologia para fins políticos.” (SEYFERTH, 1996, p.43).



Essas são algumas contribuições para se pensar a problemática das teorias de raças enquanto discurso ideológico no Brasil, e cremos ser de importante contribuição para este estudo, já que se pretende analisar o discurso cientificista sobre fatores determinantes da “inferioridade” do sertanejo, como a sua raça e meio em que vivia, e assim perceber essa teoria como um meio legitimador do ataque a Canudos. Entendemos essas teorias como legitimadoras da exterminação dos canudenses, porque propagavam a inferioridade desses povos e o seu conseqüente desaparecimento e também porque entendiam que Canudos se tratava de um exemplo de estagnação social, que nada contribuía para a sonhada e defendida modernização do país.

### **Análise dos textos “A Nossa Vendéia I” e “A Nossa Vendéia II”**

Nas próximas linhas, comentaremos de modo sucinto, a fim de aplicarmos melhor as ideias e os conceitos apresentados ao longo deste trabalho, dois artigos de Euclides da Cunha para o jornal *O Estado de S. Paulo* antes mesmo de ele ser enviado como correspondente. Trata-se dos textos “A Nossa Vendéia I” e “A Nossa Vendéia II” de 14 de março e de 17 de julho de 1897, respectivamente.

Nesses artigos o autor faz um consórcio de ciência e arte, em que este mergulha em um cientificismo sobre a determinação da “raça” e do “meio” como definidores das ações humanas: “Tratava-se de trabalhar num campo intelectual engordado pelo cientificismo enciclopédico, de base enraizada no positivismo comteano, com tinturas deterministas e evolucionistas” (FACIOLI, 1998, p.53).

Euclides, ao iniciar “A Nossa Vendéia I”, faz alusão ao “solo” como o “mais sério inimigo das forças republicanas” e, seguindo nessa mesma linha, apresenta com detalhes minuciosos a geografia do lugar como o tipo de solo, o clima, a vegetação, em suma, apresenta os aspectos da natureza valendo-se de signos típicos de uma linguagem científica para adjetivá-la, para descrevê-la. Sobre o tipo de terreno: “sistema huroniano e laurenciano”; sobre o tipo de solo: “arenoso e estéril”; sobre os ventos: “alísios”; sobre a vegetação: “escassa e deprimida”/“cactos flageliformes reptantes e ásperos”. Ele também se refere ao mundo das ciências, além de utilizar muitos outros termos científicos, por meio de nomes de autoridade, como “Humboldt”, “Saint-Hilaire”, o “ilustre”, nas palavras do autor, professor “Caminhoá” e “Levingstone”, para legitimar-se enquanto conhecedor dessa área. Em continuação à descrição do espaço físico, Euclides demonstra como aquele mesmo espaço hostil se transforma com as chuvas,





compondo, segundo o autor, um espetáculo que ocorre “bruscamente” e “às vezes”; a natureza apresenta-se a partir de dois polos extremos em que o aspecto terrível prevalece.

Então Euclides traça o perfil do homem que vive nesses sertões à imagem da natureza; como ela é apresentada em seus aspectos degradantes, este termina por adquirir esses aspectos. Essa ideia evidencia como se acreditava, neste contexto, que o meio, “naturalmente”, determinava a raça e o caráter de um indivíduo. Nas próprias palavras de Euclides da Cunha, evidencia-se isso: “Identificados à própria aspereza do solo em que nasceram, educados numa rude escola de dificuldades e perigos, esses nossos patrícios do sertão [...] refletem *naturalmente* toda a inconstância e toda a rudeza do meio em que se agitam” (CUNHA, 14/03/1897). Dessa forma o sertanejo é rude e inconstante como a natureza que o cerca, o que deve nos fazer temê-los. E para finalizar o texto, se esclarece a justeza da comparação da “Rebelião de Canudos” com a “Vendéia” e o autor termina-o com um discurso legitimador da força do exército, que na época, significou a força da própria “República”, outro discurso corrente no contexto da guerra.

No segundo artigo, “A nossa Vendéia II”, o engenheiro e jornalista inicia sua narrativa fazendo uma observação sobre o seu primeiro texto, de mesmo nome. Ele usa a seguinte expressão: “Descrevemos palidamente a região”. Isso surge bem interessante já que nessa sua primeira reportagem há uma minuciosa descrição do ambiente, o que revela como o autor e, certamente, seus leitores davam grande importância aos conhecimentos acerca do meio.

Assim, Euclides descreverá novamente a região e ainda mais minuciosamente. Nesse caso a estratégia do uso do conhecimento científico, relacionado ao ambiente, será utilizada para justificar os insucessos do exército frente às derrotas sofridas nas três expedições passadas e às graves baixas da quarta expedição.

Essa justificativa será dada com base em dois inimigos bastante poderosos e as ações do exército com seus erros de estratégias serão absolvidas de culpa. Esses dois inimigos tratam-se da terra e do homem e da ligação que eles têm um com o outro.

Quando discorre sobre o meio, o autor, como no outro artigo, revela conhecimentos científicos e específicos sobre a vegetação, o clima, o relevo, a geologia do lugar por meio de termos técnicos e de descrição apurada da região. Ele relaciona todos esses aspectos aos desastres sofridos pelos soldados:

Prolongando-se para o Norte, ao atingir o morro da Favela, eixo das operações do nosso exército, os grandes acidentes de terreno derivam para leste e depois para o norte e subsequentemente para noroeste, como que estabelecendo em torno de Canudos um círculo de cumeadas, cortado pelo Vaza-Barris em Cocorobó. A marcha do exército republicano opera-se nesse labirinto de montanhas. Não é difícil aquilatar-se a imensa série de obstáculos que a perturba (CUNHA, 17/07/1897).

Em relação ao sertanejo, o autor relaciona-o novamente ao ambiente, como o fator determinante do seu comportamento e do seu modo de vida, principalmente do seu modo de combate:

[...] afeiçoado aos arriscados lances da vida pastoril, o jagunço traiçoeiro e ousado, rompe-os, atravessa-os, entretanto, em todos os sentidos, facilmente, zombando dos espinhos que não lhe rasgam sequer a vestimenta rústica, vingando célere como um acrobata as mais altas árvores, destramando, destro, o emaranhado dos cipoais. Não há como persegui-lo no seio de uma natureza que o criou à sua imagem – bárbaro, impetuoso, abrupto (CUNHA, 17/07/1897).

Ainda sobre esse homem do sertão, o autor utiliza mais de uma vez a palavra “inferior”, comparando-o ao exército e utiliza de uma estratégia bem interessante para desculpar o exército que, mesmo diante dessa “inferioridade”, estava em desvantagem. Euclides observa que é exatamente isso que os coloca, os sertanejos, em posição vantajosa:

O jagunço é uma tradução justalinear quase do iluminado da Idade Média. O mesmo desprendimento pela vida e a mesma indiferença pela morte, dão-lhe o mesmo heroísmo mórbido e inconsciente de hipnotizado e impulsivo. Uma sobriedade extraordinária garante-lhe a existência no meio das maiores misérias. (CUNHA, 17/07/1897).

Esse jagunço que é abrupto e intempestivo, por cauda do meio em que sobrevive (ideia da época), não teme a morte e então consegue se arriscar diante dos maiores perigos, o que o faz investir mais severamente sobre as forças republicanas.

A dita inferioridade deles também é vantajosa porque permite com que os sertanejos se aliem à natureza: “as próprias armas inferiores que usam, na maioria, constituem um recurso extraordinário: não lhes falta nunca a munição para os bacamartes grosseiros ou para as rudes espingardas de pederneira” (CUNHA, 17/07/1897).

Podemos observar nessas colocações, de modo bem explícito, as teorias comentadas anteriormente em que o sertanejo é tratado como inferior, se comparado ao exército, representante da civilização e da ordem. Esse homem que vive no sertão é apresentado como a própria imagem da natureza que o cerca; natureza, esta, que o modifica e o caracteriza segundo as suas leis.



Percebe-se, também, como a ciência permeou esses discursos com autoridade de poder explicar a realidade, acreditando estar norteando a população.

Para finalizar essas observações do discurso de Euclides que veicula, como já apresentamos, os discursos circulantes da época, faremos um brevíssimo apanhado de algumas ideias de Foucault<sup>8</sup> sobre os discursos que, como já colocamos, tem a sua produção controlada e redistribuída com vistas a legitimar a autoridade e poder que lhe são inerentes e pertencem aos que o controlam. Para isso são utilizados diversos procedimentos; nesse momento nos interessa destacar os procedimentos de “exclusão”, que podem ser verificados nesses textos de Euclides apresentados acima, pois percebemos como o “desejo da verdade”, gerador de poder aos que detêm esses discursos (neste caso o Euclides enquanto um cientista dotado de saberes), faz o discurso ser desejado. E por meio desse desejo de tomar conhecimento dos seus saberes que ele foi convidado a escrever sobre Canudos e construir a realidade acerca dela. Em seu discurso, então, ele utiliza procedimentos legitimadores da sua posição de “detentor do saber e da verdade” como o “comentário”, quando, por exemplo, faz referência a outros cientistas e especialistas que já difundiram os conhecimentos que agora ele inclui em seu discurso.

Enfim, percebemos na fala de Euclides e dos jornalistas que noticiaram a campanha de Canudos uma semelhança de discursos que por meio de signos, conceitos e ideias veicularam informações distorcidas, tidas como verdadeiras, com a intenção de legitimar um poder político e científico. Por isso entendemos a necessidade de nos aprofundarmos em estudos do discurso relativo ao uso das ciências no caso do episódio de Canudos, pois o que apresentamos, neste texto, é só uma parte de um longo trabalho.

### **Considerações finais**

É interessante observar, no que diz respeito à guerra de Canudos, como o exército que representava a força de combate máxima do Brasil sofreu tanto para combater os sertanejos entendidos como sendo inferiores e abandonados, à margem da civilização? A resposta já foi dada pelo próprio Euclides que antes de entrar no campo de batalha tinha uma visão dos canudenses e após ser enviado como correspondente de

---

<sup>8</sup> Nos baseamos no livro *A ordem do discurso* por apresentar ideias que corroboram muitas das ideias trabalhadas neste texto.



guerra teve outra visão, pois a partir do contato real com a realidade do sertão e da guerra mudou de opinião, considerando, então, o sertanejo como um “forte”.

O fato é que se desconhecia totalmente essas populações e isso desfavoreceu o exército: “[...] as sucessivas expedições foram derrotadas antes de mais nada por sua ignorância total a respeito das terras, das gentes, dos hábitos e da cultura popular brasileira” (SEVCENKO, 1998. pág. 20).

E o conhecimento desse desconhecimento revela como a campanha contra Canudos foi movida por discursos, acima de tudo, ilusórios e desprovidos de verdade. Esses discursos, além disso, foram construídos levando-se em conta teorias racistas que inferiorizavam as populações do sertão.

Como já colocado, esses discursos fazem parte de teorias muito aceitas no fim do século XIX que procuravam entender e explicar a população brasileira, em busca de identidade: “Mais para o final do século, novas correntes de pensamento, marcadas por forte cientificismo, como o Positivismo, o Darwinismo e o Spencentrismo, difundiram-se no país.” (DANTES, p. 378)

Essa identidade buscada diz respeito à integração do Brasil com os “países centrais”, a dita “ocidentalização”. Isso fez o país identificar-se com as teorias e os modos de pensar europeus: “A questão crucial passava a ser, então, colocar o país ao ‘nível do século’” (DANTES, p. 379).

Assim, “ocidentalizar” o país foi um esforço para coloca-lo ao nível da civilização e cultura europeias, ditas superiores e evoluídas.

O Brasil carecia de identidade nacional e os intelectuais e a elite não queriam identificação com os nativos indígenas (o pouco que sobrou deles), os mestiços e os negros; essa identificação, como comentamos, deveria estar ligada ao homem branco, o próprio europeu.

Podemos desdobrar essa situação do Brasil, a partir das discussões do texto “As ideias fora do lugar”, nos campos político e social em que o país sofregamente “inseria” em sua cultura as ideias europeias: “eram adotadas também com orgulho, de forma *ornamental*, como prova de *modernidade* e distinção” (SCHWARTZ, 1992, p. 26/grifos nossos).

Neste clássico trabalho, o autor problematiza a posição do Brasil frente à presença marcante das influências europeias, em que a escravidão ainda presente no país surgia como uma forte incoerência frente ao liberalismo europeu e a pretensão do Brasil de modernizar-se política e socialmente. Schwartz concebe essas “incoerências”



como parte de um “discurso oco” próprio da “falsidade” reinante na sociedade brasileira do século XIX.

A ciência atuou nesse meio como símbolo de poder, de evolução e modernização do país; assim os discursos que foram permeados pela noção de saber científico adquiriram status de verdade diante da esfera pública brasileira.

A imprensa, também, ganhou muita força nesse período e na passagem para o século XX, sendo que durante o desenrolar deste foi reconhecida como o quarto poder diante da sociedade, tal passou a ser a sua influência.

Isso não mudou em relação aos dias atuais, como podemos observar a ciência e a imprensa não perderam seu poder e sua influência tanto no país como no mundo, assim como a cultura europeia e norte-americana são consideradas modelos a serem seguidos pelo mundo todo.

Enfim, o esforço que fizemos para entender o papel da ciência relacionado ao papel da imprensa no fim do século XIX, relacionados especificamente à guerra de Canudos, foi, também, um esforço para entender a sociedade brasileira atual com a sua cultura que entende que o que é estrangeiro (europeu e norte-americano) é melhor e mais evoluído e que a ciência pode explicar tudo com status de verdade. Visão esta compartilhada por muitas sociedades.

Assim, acreditamos que falta reflexão a respeito da nossa cultura e das suas raízes históricas; falta reflexão, também, no que diz respeito à identidade do brasileiro enquanto um homem que se vê como um “europeu”. Essa reflexão é importante para se perceber o preço que já pagamos para sermos o que somos hoje; preço bastante caro se considerarmos que muita gente como o povo de Canudos, dita inferior, foi esmagada para que alcançássemos esse estado de “civilização superior” aos moldes do que é europeu.

### **Referências bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BARTELT, Dawid Danilo. **Sertão, República e Nação** / tradução de Johannes Krestschmer; Abi-Sâmara. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.



CUNHA, Euclides da. “A Nossa Vendéia I”. In: **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 14/03/1897.

\_\_\_\_\_. “A Nossa Vendéia II”. In: **O Estado de S. Paulo**. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 17/07/1897.

DANTES, Maria Amélia Moreira. “Universalismo e ciência no Brasil no final do século XIX” IN: LAFUENTE, A.Et. Alli (ed.), **Mundialización de la ciência y cultura nacional**. Madrid: Doce Calle, p. 377-389.

DISCINI, Norma. **A comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: Uma introdução** / Tradução de Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

FACIOLI, Valentim. “Euclides da Cunha: Consórcio de ciência e arte (Canudos: O sertão em delírio)”. In: Beth Brait (Org.) **O sertão e os Sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France. (trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio). São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FIORIN, José Luis. **Linguagem e ideologia**. São Paulo, Ática, 1988.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **No calor da hora** – A Guerra de Canudos nos jornais. São Paulo: Ática, 1977.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública** / Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Stuart. “Significação, representação, ideologia: Althusser e os debates pós-estruturalistas” In: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**/Stuart Hall; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... [et al]. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTEIRO, John Manuel. “As ‘raças’ indígenas no pensamento brasileiro do império” In: Marco Chor Maio; Ricardo Ventura Santos (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: **Ao vencedor as batatas**/Roberto Schwartz. São Paulo, Duas Cidades, 1992, 4ª Ed.

SEVCENKO, Nicolau. “Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso”. IN: **História da Vida Privada no Brasil**. V. 3. República: da Belle Époque à Era do Rádio/Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 7-48.

SEYFERTH, Giralda. “Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização” In: Marco Chor Maio; Ricardo Ventura Santos(orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / CCBB, 1996.

VERGARA, Moema de Rezende “Ciência e literatura: a Revista Brasileira como espaço de vulgarização científica”. **Sociedade e cultura**, v. 7, n. 1, 2004, p. 75-88.